

PAULO FINURAS

A MENTE CRIMINOSA

**As origens da violência,
do engano e do crime**

«Estamos a tentar resolver problemas do século XXI
ignorando a biologia que nos define»

Paulo Saragoça da Matta



EDIÇÕES SÍLABO

Sobre este livro

«Paulo Finuras apresenta uma análise cientificamente sólida e conceitualmente exigente sobre as raízes do comportamento criminoso. O caráter verdadeiramente disruptivo da obra reside na recusa simultânea de dois reducionismos confortáveis: o biologismo determinista e o sociologismo absoluto. A biologia é tratada como condição de possibilidade, não como destino; a cultura é reposicionada como força de modulação e contenção, preservando a responsabilidade moral e jurídica sem sacrificar a inteligibilidade causal do comportamento. Esta abordagem confere ao livro elevada pertinência científica e relevância técnica, obrigando a repensar a prevenção e a política criminal num contexto em que o crime é cada vez mais digital, cognitivo e tecnologicamente amplificado. Desta forma, *A Mente Criminosa* torna-se um contributo de referência para profissionais e investigadores da área.»

João Cabaço, Ph.D.

Especialista de Polícia Científica

«Com *A Mente Criminosa*, o professor Paulo Finuras dá um contributo inestimável para o conhecimento do fenómeno criminal. A sua compreensão exige uma perspetiva que não pode dispensar o enquadramento evolutivo, aqui rigorosamente fundamentado na sociobiologia e na psicologia evolutiva, áreas em que Paulo Finuras é referência e figura de destaque. Charles Darwin teria ficado orgulhoso. Mas Paulo Finuras não é apenas um herdeiro dessa tradição. Tem ideias próprias e apresenta a evidência científica de forma desassombrada, por vezes politicamente incómoda – não por opção provocatória, mas porque é assim que a natureza humana funciona.»

João Carlos Melo, MD, Psiquiatra

Autor de *Lugares Escondidos da Mente*

«Este livro integra o legado extraordinário que Paulo Finuras tem vindo a construir como académico e autor. A obra centra-se nas origens evolutivas da violência, do engano e do crime, procurando não atenuar nem desculpar, mas esclarecer e explicar, com base na ciência e em factos, o comportamento humano. *A Mente Criminosa* desafia-nos a uma leitura holística e racional dos nossos comportamentos, reconhecendo o desfasamento entre o natural e o cultural, o instintivo e o cívico, afirmando-se como um manual forense rigoroso no domínio científico da Criminologia.»

José Carlos Antas,

Perito Forense – Polícia Judiciária

«Vivemos um paradoxo civilizacional. Enquanto as nossas ferramentas tecnológicas avançam à velocidade da luz, a “peça” que as opera – a mente humana – continua a reger-se por um código de programação com milhões de anos. No seu mais recente livro, *A Mente Criminosa*, o sociólogo Paulo Finuras lança um alerta que deveria ecoar em todos os departamentos de TI e gabinetes parlamentares: estamos a tentar resolver problemas do século XXI ignorando a biologia que nos define.»

Paulo Saragoça da Matta

Advogado e Analista de temas Criminais e Constitucionais

*Dedicado a todos os profissionais
que enfrentam o crime
sabendo que compreender a mente
é tão decisivo como aplicar a lei.*

A MENTE CRIMINOSA

**As origens da violência,
do engano e do crime**

PAULO FINURAS

Prefácio

SUSANA PINTO ALMEIDA

Psiquiatra Forense

Posfácio

ANDRÉ INÁCIO

Investigador nas áreas da Segurança Pública e Justiça Criminal

EDIÇÕES SÍLABO

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio gráfico, eletrónico ou mecânico, inclusive fotocópia, este livro. As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor. Não participe ou encoraje a pirataria eletrónica de materiais protegidos. O seu apoio aos direitos dos autores será apreciado.

Visite a Sílabo na rede
www.silabo.pt

Título: A Mente Criminosa – As Origens da Violência, do Engano e do Crime

Autor: Paulo Finuras

© Edições Sílabo, Lda.

Capa: Pedro Mota

1ª Edição – Lisboa, fevereiro de 2026.

Impressão e acabamentos: Europress, Lda.

Depósito Legal: 560470/26

ISBN: 978-989-561-458-5



EDIÇÕES SÍLABO, Lda.

Publicamos conhecimento

Editor: Manuel Robalo

R. Cidade de Manchester, 2

1170-100 Lisboa

Tel.: 218130345

e-mail: silabo@silabo.pt

www.silabo.pt

Índice

Prefácio	13
Nota do autor	19
Introdução	23

Parte 1

A natureza do crime – O que a evolução explica e o que a cultura molda	27
1.1. O que é o crime? Uma definição evolutiva	30
1.2. O <i>Homo Violentus</i> : a história natural do comportamento agressivo	31
1.3. Instinto, cultura e instituições	32
1.4. <i>Mismatch</i> : o cérebro ancestral num mundo moderno	34
1.5. O triângulo da criminalidade: quando o desejo encontra meios e oportunidade	37

Parte 2

A arquitetura da agressão e da violência	41
2.1. A agressão como estratégia evolutiva	45
2.1.1. A guerra como agressão legitimada	48
2.1.2. Terrorismo: agressão organizada sem legitimação institucional	49

2.2. Sexo e violência: assimetrias fundamentais – porque é que os homens cometem mais crime violento?	50
2.3. A assimetria homicida	52
2.4. Mecanismos próximos e últimos da violência	56
2.4.1. Genética, epigenética e crime: predisposições, plasticidade e risco	59
2.5. O papel do estatuto e da humilhação: violência motivada pela perda de face e conflitos de reputação	62
2.5.1. O sexo como arma: a lógica evolutiva da violação	65
2.5.2. O «efeito Cinderela»: violência intrafamiliar e investimento parental diferencial	68
2.5.3. A violência sexual organizada: por que nunca vemos batalhões de mulheres a violar homens	70
2.5.4. <i>Bullying</i> : violência de estatuto, humilhação e ecologia criminogénica	72
2.5.5. Violência e ódio: a lógica evolutiva dos crimes de ódio, da desumanização e da punição moral	76
2.6. A grande assimetria: porque é que a esmagadora maioria dos criminosos são homens	79
2.6.1. O padrão português: seis décadas de estabilidade absoluta	80
2.6.2. A estabilidade no século XXI: 2000-2024	81
2.6.3. A invariância percentual: o dado mais importante	82
2.6.4. Um padrão universal na espécie humana: a comparação internacional	83
2.6.5. A raiz evolutiva da assimetria criminal	83
2.6.6. A lógica evolutiva do risco masculino	84
2.6.7. O crime como expressão moderna de predisposições antigas	85
2.6.8. Porque é que a diferença entre homens e mulheres não diminui	86

2.6.9. Criminalidade feminina: adaptação, oportunidade e estratégias de baixo risco	87
2.7. Porque é que tudo isto importa para a criminologia?	89

Parte 3

O crime sexual – Biologia, oportunidade e desvio	91
3.1. Desejo, controlo e risco: o que a biologia explica	94
3.2. Pornografia, dopamina e intensificação do comportamento	95
3.3. Pedocriminalidade: seleção adversa e ecologia do predador	99
3.3.1. Quando o crime sexual não é adaptação: disfunção e erro evolutivo	102
3.4. Assédio e coerção sexual: estratégias desviantes de cortejo e pressão sexual	104

Parte 4

Roubo, fraude e engano	
– O crime como estratagema	107
4.1. Enganar é humano: a evolução da mentira e da manipulação	111
4.2. Fraudes <i>online</i> : o predador digital e o cérebro ancestral	113
4.3. Psicopatia subclínica: adaptação, desvio ou parasitismo social?	116
4.4. Crime de «colarinho branco»: quando o engano veste fato e gravata	119

Parte 5

A ecologia social do crime – Onde o crime acontece e porquê	123
5.1. Ambiente, densidade, desigualdade e risco	127
5.1.1. Pobreza e crime: correlação não é causalidade, os fatores individuais ocultos	128
5.2. A criminalidade não é democrática: concentração, assimetrias e distribuição desigual do crime	131
5.3. A teoria das janelas partidas e a mente ancestral: quando a norma cai, o crime sobe	133
5.4. A lógica territorial: gangues, grupos e alianças	137
5.5. O crime como alternativa estratégica em ecologias pobres de oportunidades	139
5.6. O papel das redes sociais no aumento da agressividade	141
5.7. A ilusão do declínio violento: quando a medicina esconde a agressão	145

Parte 6

Evolução das instituições e controlo do crime	149
6.1. Porque é que a justiça existe? Uma explicação evolutiva	152
6.2. Polícia, punição e vigilância: a origem antropológica da polícia	155
6.3. Instituições fortes vs. instituições fracas	157
6.4. Seleção adversa em instituições: porque é que os predadores escolhem certos ecossistemas	159
6.5. O papel da confiança social na redução do crime	163

Parte 7

Prevenir o crime – O que a evolução nos pode ensinar	167
7.1. Sistemas de controlo comportamental: normas, reputação, vergonha e punição simbólica	170
7.2. Prevenção situacional: mudar o ambiente para mudar o comportamento	172
7.3. Educação, autocontrolo e <i>mismatch</i> : impulsividade, recompensa e estratégias adaptativas	175
7.4. O futuro do crime: IA, <i>deepfakes</i> , identidades sintéticas e a globalização criminal	177
7.5. Porque é que nenhuma sociedade elimina o crime (e porque é que algumas o contêm)	179

Parte 8

Conclusão	183
8.1. A natureza humana como chave explicativa	186
8.2. Entre a biologia e a responsabilidade	187
8.3. Porque é que precisamos (também) de uma criminologia evolutiva	188
(Re)Introdução: a gramática da espécie	193
Glossário evolutivo-criminológico	197
Posfácio	217
Bibliografia	221

Prefácio

Conheci o Paulo Finuras no LinkedIn, um lugar onde a conversa pública se faz, demasiadas vezes, de chavões e redutos retóricos. O Paulo é uma exceção: escreve para pensar e, ao fazê-lo, desinstala o leitor. No campo forense, esse deslocamento não é um luxo intelectual. É instrumento de trabalho. A falta de mediação entre disciplinas não se limita a divergências conceituais: produz consequências concretas e, por vezes, graves. Enquanto psiquiatra forense, habito uma fronteira semântica: de um lado, a linguagem clínica, com os seus modelos de mente, sofrimento psíquico, trajetórias vivenciais e risco; do outro, a linguagem jurídica, com os seus conceitos de responsabilidade, culpa, imputabilidade, prova e pena. Foi ele quem me sublinhou uma evidência tão simples quanto frequentemente esquecida: sem colaboração e tradução entre disciplinas, não há entendimento fiel do fenómeno criminal; ficam versões parciais e, por isso mesmo, perigosas.

Há um verso, comumente atribuído a Jalal ad-Din Rûmî, que resume com precisão quase incômoda a ambição de *A mente criminosa* e o dever da psiquiatria forense de não degenerar em moralismos travestidos de ciência: «*Out beyond ideas of wrongdoing and right-doing, there is a field. I'll meet you there.*» Esse «campo» não é relativismo nem indulgência. É, pelo contrário, o território árduo onde a realidade humana se apresenta sem máscara nem caricatura: sem «monstros» e sem «inocentes», apenas pessoas com histórias, determinantes, escolhas sob constrangimento, probabilidades, falhas, danos e desfechos. No espaço público, prefere-se a geometria simplista do bem e do mal, do certo e do errado; na prática forense, essa geometria é uma fraude, porque apaga o que verdadeiramente importa: como se forma a intenção, como se toma a decisão, como se instala a desorganização, como se modula o impulso, como se constrói ou se perde a capacidade de se autodeterminar, de se governar a si próprio. É nesse campo, entre a sentença moral e a tolerância acrílica, que a conversa séria sobre crime deve ocorrer.

E é também aí que a colaboração entre disciplinas deixa de ser metáfora e passa a ser método: sem tradução mútua entre o clínico e o jurídico, o fenómeno criminal torna-se apenas uma sucessão de versões parciais, úteis para ganhar discussões, inúteis para prevenir tragédias. Este livro chama-nos a esse lugar. Aí, a mente é interrogada com rigor e a Justiça é exercida sem cegueira concetual.

Quem trabalha nesta intersecção aprende cedo que a realidade raramente cabe em categorias estanques. Aprende também que o debate público sobre crime tende a oscilar entre dois automatismos indesejáveis: a moralização simplista («monstros») e a sociologização total («produtos da privação»). A primeira desumaniza e cega; a segunda desculpabiliza e empobrece. O que falta, quase sempre, é uma gramática comum que permita articular predisposições humanas, contextos sociais e arquitetura institucional, sem cair nem no determinismo biológico nem no voluntarismo cultural. É precisamente essa ponte que este livro se propõe construir. O autor afirma, sem rodeios, que pretende aproximar o mundo da ciência, orientado para causas últimas, do mundo da prática criminológica, centrado em causas próximas, e assume *A mente criminosa* como ensaio de ligação entre planos que raramente dialogam. E fá-lo com uma opção epistemológica feliz: fala de mente, não de cérebro. Se o cérebro é o órgão, a mente é a sua atividade; por isso, a opção é de princípio, não de estilo. O comportamento criminal não nasce no vazio: assenta em estados mentais, disposições afetivas, filtros cognitivos e mecanismos de controlo, ou na sua falência. É nesse substrato que o ato se torna interpretável por compreensão ou explicação; é nesse nível que a prevenção deixa de ser palavra de ordem para se tornar prática informada.

Importa fixar uma distinção, fonte de muitas confusões públicas: compreender não é o mesmo que explicar; explicar não é o mesmo que absolver. Há comportamentos que o senso comum apreende, ainda que os repudie, porque reconhece a gramática humana do motivo, do ganho, da vingança, do medo, do estatuto, da humilhação. Noutros casos, porém, a mente não se apresenta de forma reconhecível. Aí, a necessidade leiga de «fazer sentido» transforma-se facilmente numa fantasia interpretativa. O que se procura não é entendimento, mas tranquilização. A psicose é, aqui, o caso-limite: certos atos tornam-se incompreensíveis para quem exige uma intenção linear e um cálculo

moral estável, porque a experiência subjetiva pode ser dominada por delírios, alucinações, desorganização do pensamento e alterações profundas do juízo de realidade. Nesses casos, a tarefa forense não é atribuir sentido; é explicar, com fundamento clínico e psicopatológico, o que não se oferece à compreensão imediata, circunscrevendo mecanismos, grau de desagregação psíquica e repercussões na capacidade de juízo e de autodeterminação, sem converter essa explicação em desculpabilização. Por isso, a exigência aqui é dupla: resistir à moralização automática e resistir também à narrativa fácil. Na prática, vê-se repetidamente quem compreende muito e explica mal, por incapacidade de traduzir; quem explica com brilhantismo, mas sem compreender, porque apenas constrói verosimilhança. Este prefácio e o livro que o segue assumem uma disciplina: distinguir o que é compreensível do que exige esclarecimento, sustentar o nexos causal quando se impõe e traduzir, com parcimônia, aquilo que se sabe, sem confundir causas com desculpas nem inteligibilidade com inocência.

O leitor encontrará em *A mente criminosa* uma arquitetura em oito partes, construída como um itinerário concetual: começa na definição evolutiva de crime e adensa até às condições sociais e institucionais da sua contenção. Esta estrutura, para além de funcionar como uma divisão pedagógica, é sobretudo uma tese em movimento: uma visão evolutiva do crime como possibilidade recorrente da espécie, ativada quando motivação, competência e oportunidade convergem. O percurso abre com o entrelaçar de instinto, cultura e instituições, introduz o *mismatch*: a mente ancestral num mundo moderno e passa depois à anatomia da agressão e da violência, examinando assimetrias sexuais, humilhação, estatuto, reputação e a persistência do padrão masculino da criminalidade, incluindo o chamado «padrão português» ao longo de décadas. Segue-se o bloco do crime sexual, onde biologia, oportunidade e desvio são tratados sem moralismos; entra-se, então, no território do engano, da mentira e da manipulação, com especial atenção à fraude e ao crime de colarinho branco. O livro prossegue para a ecologia social do crime, isto é, o lugar onde ele se concentra e porquê, e para a evolução das instituições e do controlo social, mostrando por que razão as instituições surgem, por que falham e por que nunca eliminam totalmente o crime. Na parte dedicada à prevenção, a lente evolucionista informa a intervenção sem a substituir e

inclui uma reflexão sobre o futuro do crime, com inteligência artificial, *deepfakes*, identidades sintéticas e globalização criminal. A conclusão regressa ao essencial: a natureza humana como chave explicativa, a tensão entre biologia e responsabilidade, e a necessidade de uma criminologia evolutiva. O volume fecha com uma (Re)Introdução concebida como chave retroativa, isto é, a gramática da espécie, e com um Glossário Evolutivo-Criminológico, tornando explícito o vocabulário que, por regra, opera nas entrelinhas.

A opção por esta estrutura não pretende apenas ordenar conteúdos; obriga o leitor a um deslocamento incómodo, mas indispensável. Em vez de tratar o crime como anomalia da modernidade, recoloca-o no campo dos comportamentos possíveis, com raízes antigas e lógicas reconhecíveis: disputa de recursos, proteção de estatuto e reputação, controlo de parceiros, eliminação de rivais, oportunismo e engano como estratégia. O ponto não é absolver nem transfigurar o ilícito em argumento. É admitir que a mente humana foi talhada para navegar incentivos e ameaças em ecologias que já não existem, e que o Direito opera, muitas vezes, como uma camada normativa sobre mecanismos que não foram desenhados para a norma. A partir daí, a leitura ganha uma densidade prática: percebe-se por que razão a punição tem limites, por que certas políticas falham por ingenuidade antropológica e por que só uma prevenção realista, assente em mecanismos, contextos e oportunidades, consegue conter aquilo que nunca desaparecerá por decreto.

Daqui resulta uma implicação prática, incontornável para a psiquiatria forense e para a política criminal: se queremos prevenção séria, não basta multiplicar normas. É preciso desenhar ecologias e instituições que tornem a criminalidade difícil, onerosa e arriscada, e que tornem a cooperação recompensadora e estável. Não podemos mudar a natureza humana; podemos, isso sim, alterar o ambiente. E quando o ambiente muda, o comportamento muda com ele. Neste ponto, a interdisciplinaridade deixa de ser virtude abstrata e passa a ser método. Criminologia, psicologia, psiquiatria, sociologia, antropologia, arquitetura (do espaço físico e do digital), direito e ciência política têm de conversar para desenhar ambientes reais, em escolas, bairros, plataformas digitais, organizações, prisões e sistemas de justiça, que reduzam oportunidades de exploração e aumentem custos de transgressão.

Um mérito adicional do livro é resistir à patologização do crime. Na prática clínica e pericial, é frequente confundir doença mental grave com criminalidade e exigir à psiquiatria um atalho: um diagnóstico que dispense compreensão, ou um rótulo que substitua a justiça. *A mente criminosa* evita esse expediente. Não converte o criminoso num «cérebro defeituoso»; recoloca-o no terreno mais exigente, o humano, e pergunta por mecanismos, incentivos e ecologias. E fá-lo com um cuidado que importa sublinhar: a biologia não absolve, mas torna compreensível ou explica. Nem todo o comportamento desviante é uma adaptação, havendo padrões que devem ser entendidos como disfunções e erros do sistema psicobiológico, não como estratégias. Esta posição é, ao mesmo tempo, intelectualmente honesta e eticamente prudente, porque corta duas tentações simétricas: a demonização, que encerra a prevenção, e a medicalização, que dilui responsabilidade e encobre escolhas institucionais.

E é também por isso que este livro se dirige, ainda que de forma implícita, a quem enfrenta o crime e sabe que fazer cumprir a lei não basta quando falta compreender a mente, identificar nexos explicativos e antecipar padrões de risco. Polícias, magistrados, advogados, criminologistas, técnicos de reinserção, peritos médico-legais, psicólogos, psiquiatras, investigadores, sociólogos, decisores políticos e jornalistas trabalham, cada um, com fragmentos do mesmo fenómeno. O que Paulo Finuras propõe é que esses fragmentos deixem de ser peças soltas e passem a ser lidos numa matriz que articula biologia evolutiva, cultura e instituições, isto é, aquilo que pressiona, orienta e contém. Dessa matriz emergem padrões persistentes: a assimetria sexual da violência, a impulsividade juvenil, a lógica do estatuto e da reputação, o poder da humilhação, a ubiquidade do engano e a vulnerabilidade das instituições à seleção adversa de predadores.

Por fim, há uma nota particularmente atual: o livro não é apenas retrospectivo; é também prospetivo. Ao discutir o futuro do crime, Paulo Finuras mostra que a tecnologia mudará o cenário, mas atuará sempre sobre o mesmo cérebro ancestral, calibrado para ler intenções e confiar em pistas humanas difíceis de falsificar. Quando essas pistas se tornam manipuláveis, a erosão da confiança deixa de ser uma abstração: *deepfakes*, vozes clonadas e identidades sintéticas contornam o juízo analítico e ativam atalhos de parentesco, empatia e proteção,

precisamente onde somos mais vulneráveis. A inteligência artificial, descrita pelo autor como «predador cognitivo», industrializa a engenharia social hiperpersonalizada e torna a manipulação mais escalável, invisível e menos dispendiosa. A isto soma-se a globalização criminal, com crime sem fronteiras, multiplicação de identidades e deslocação entre jurisdições, criando uma assimetria crescente entre a capacidade dos predadores digitais e a resposta institucional. Para quem trabalha com risco, a conclusão é prática e desconfortável: a prevenção do século XXI não se fará apenas com mais polícia ou mais penas; far-se-á com literacia cognitiva, desenho de plataformas e de instituições, tecnologias de defesa e sistemas de confiança verificável capazes de proteger uma mente da Idade da Pedra exposta a ferramentas de ficção científica.

Escrevo estas linhas com gratidão intelectual. Em primeiro lugar, porque Paulo Finuras me levou a estudar com maior afinco a psiquiatria evolucionista e a reconhecer a sua utilidade na leitura do comportamento humano, incluindo o comportamento extremo. Em segundo lugar, porque este livro oferece ao espaço português um instrumento raro: uma proposta de síntese que permanece operante precisamente por não abdicar do rigor.

Que o leitor entre nestas páginas sem receio do desconforto. A tese é exigente porque nos retira a ilusão reconfortante de que o crime é sempre dos outros. Pelo contrário: o crime é uma possibilidade inscrita na nossa arquitetura mental, potencialidade que só deixa de ser perigosa quando é reconhecida, enquadrada e contida por instituições competentes, normas consequentes e ecologias bem desenhadas, com respostas coletivas capazes de o limitar, na lei e fora dela. A pergunta final não é médica nem literária, mas política e civilizacional: o que faremos com a nossa própria natureza, essa mente ancestral que o progresso apenas disfarçou, mas nunca extinguiu?

Susana Pinto Almeida
Médica Psiquiatra
Psiquiatra Forense

Lisboa, 11 de janeiro de 2026

Nota do autor

Este livro explica a origem dos comportamentos criminosos e violentos. Não os legitima, não os desculpa nem os justifica. Compreender e explicar não significa absolver; é separar a explicação científica do julgamento moral e recusar explicações confortáveis em favor de explicações corretas, ancoradas em causas profundas.

A minha relação com o estudo do comportamento criminoso nasceu do confronto entre duas evidências. A primeira é empírica: o crime acompanha-nos desde que existimos como espécie. A segunda é teórica: a criminologia moderna raramente trata esta persistência como um problema biológico. Ao longo dos anos, como investigador das relações entre biologia e sociedade e como docente convidado da Pós-Graduação em Criminologia e Investigação Criminal, onde participo há quatro edições consecutivas na ULHT, percebi o custo dessa separação. Ignorar a evolução é ignorar metade da explicação.

Com o tempo, tornou-se claro que as abordagens tradicionais, centradas quase exclusivamente em fatores sociais, económicos ou culturais, embora relevantes, ficam aquém da pergunta central. Porque é que determinados comportamentos, apesar de punidos, continuam a emergir de forma tão recorrente?

A resposta exige que desçamos ao nível mais profundo, onde se encontram os mecanismos psicológicos moldados por milhões de anos de competição, cooperação, agressão, parentesco e disputa por recursos. É aí que este livro começa.

O propósito não é «biologizar» o crime nem justificar comportamentos desviantes. É integrar o que durante décadas permaneceu separado, os dados da sociobiologia e as ferramentas da criminologia. Sem esta integração, continuaremos a construir modelos incompletos, que ignoram como a mente funciona, porque funciona assim e que tipo de estratégias comportamentais foram favorecidas pela seleção natural.

As páginas que se seguem resultam de muitas conversas com colegas, alunos e profissionais do terreno. Perguntas simples, mas fundamentais.

Porque é que os homens jovens são consistentemente mais violentos em todos os países e épocas?

Porque é que as fraudes *online* prosperam mesmo em ambientes mais informados?

Porque é que algumas instituições se tornam ecossistemas ideais para predadores?

Porque é que a humilhação, a perda de face e o estatuto continuam a ter custos emocionais e comportamentais tão desproporcionados?

E porque é que existe uma assimetria sexual tão marcada na criminalidade, sobretudo na criminalidade violenta?

Este livro nasce do cruzamento de dois mundos que raramente se encontram. O mundo da ciência que procura causas últimas. E o mundo da prática criminológica que lida com causas próximas. Entre estes dois planos existe uma ponte necessária. A mente criminosa é uma tentativa de contribuir para a construção dessa ponte.

Por isso mesmo, quero esclarecer que escolhi o título *A mente criminosa* e não *O cérebro criminoso*, por uma razão essencial.

O cérebro é o órgão. A mente é o que ele faz.

É no nível da mente que emergem intenções, emoções, enviesamentos, impulsos e estratégias comportamentais. O crime não nasce de uma estrutura anatómica, nasce de mecanismos psicológicos que evoluíram para resolver problemas adaptativos em contextos de risco, competição e oportunidades.

A mente é mais do que o cérebro e também mais perigosa do que ele. Porque é nela que residem os cenários, as antecipações, as racionalizações e as decisões que podem transformar um ato neutro numa agressão, uma oportunidade numa fraude, um conflito num homicídio. Este livro procura compreender essa arquitetura invisível. Porque só conhecendo a mente que comete o crime podemos construir instituições capazes de o prevenir.

O cérebro é o *hardware*. A mente é o *software*.
E é no *software* que o crime se instala.

Paulo Finuras

Lisboa, 7 janeiro de 2026

Introdução

«A violência tem raízes evolutivas profundas e prospera onde as normas modernas falham em contê-la.»

Richard Wrangham
In *The Goodness Paradox* (2019)

«Os genes não determinam a cultura, mas colocam-lhe limites.»

E. O. Wilson e Charles Lumsden
In *Genes, Mind and Culture* (1981)

Compreender o crime é compreender a natureza humana. Não a natureza humana idealizada nos discursos morais, mas a natureza humana real. Aquela que herdámos de milhões de anos de adaptação a ambientes hostis, instáveis e competitivos. Esta é a tese central deste livro. E também a mais desconfortável.

Durante décadas, a criminologia moderna concentrou a sua atenção em fatores sociais e económicos, como condições de vida, desigualdade, educação, políticas públicas, estruturas familiares ou ecologias urbanas. Esses fatores importam. Mas contam apenas uma parte da história. A outra parte, mais profunda e frequentemente ignorada, está inscrita na biologia que nos tornou quem somos.

A sociobiologia e a psicologia evolutiva mostram que muitos comportamentos que hoje classificamos como antissociais ou criminosos foram, no nosso passado ancestral, respostas funcionais a desafios reais: disputar recursos escassos, proteger reputação e estatuto, negociar conflitos, eliminar rivais, enganar adversários ou aproveitar oportunidades que aumentavam as probabilidades de sobrevivência e reprodução. Não se trata de justificar o crime. Trata-se de reconhecer que a mente humana não evoluiu para obedecer ao código penal, mas para maximizar benefícios num ambiente radicalmente diferente daquele em que vivemos hoje.

O crime, e as emoções, impulsos e estratégias que o tornam possível, não é um produto artificial da modernidade. É uma possibilidade evolutiva. Surge quando pressões ancestrais encontram contextos modernos onde os mecanismos psicológicos que herdamos deixam de funcionar como foram selecionados para funcionar. Este choque entre a mente ancestral e o mundo contemporâneo é conhecido como *mismatch*. E ajuda a explicar porque jovens do sexo masculino correm riscos desproporcionados, porque disputas aparentemente insignificantes terminam em violência extrema, porque fraudes *online* exploram tão bem heurísticas cognitivas antigas, ou porque certas instituições atraem precisamente os indivíduos que mais podem ameaçar a sua missão.

Ao longo deste livro defendo três ideias fundamentais.

A primeira é que o comportamento criminoso emerge de mecanismos psicológicos que evoluíram para resolver problemas adaptativos. Não é o resultado de um cérebro defeituoso, mas de um cérebro funcional que opera segundo lógicas antigas.

A segunda é que a violência, a manipulação, o engano, o ardil e a exploração, enquanto estratégias evolutivamente estáveis, coexistem com a cooperação, a empatia e a moralidade porque todas estas estratégias foram, em diferentes contextos, úteis para os nossos antepassados. A natureza humana não é unívoca. É conflituante. E é justamente esse conflito que torna a compreensão do crime tão complexa.

A terceira é que tentar prevenir o crime ignorando as suas raízes evolutivas é como tentar curar uma doença sem compreender o organismo que lhe serve de hospedeiro. Políticas públicas, intervenções sociais e estratégias de prevenção falham repetidamente porque tratam o crime como um erro a corrigir e não como uma expressão possível da nossa arquitetura psicológica.

Não somos bons nem maus por natureza. Somos adaptativos. E é essa adaptabilidade, moldada por milhões de anos de pressões ecológicas e sociais, que explica por que razão continuamos, em pleno século XXI, a exibir formas de violência, oportunismo e exploração que parecem incompatíveis com sociedades avançadas. Não são incompatíveis. São humanas.

A violência, o engano e o crime não são desvios ocasionais da vida social. Atravessam culturas, épocas e sistemas políticos, assumindo formas diferentes, que revelam padrões recorrentes.

Para compreender o crime, é necessário compreender a mente humana. Neste livro, o autor explora as raízes profundas do comportamento violento e transgressor, articulando contributos da psicologia evolucionista, da neurociência, da psicologia social e da criminologia. Longe de explicações simplistas ou moralistas, analisa como mecanismos cognitivos adaptativos – moldados para a sobrevivência e a cooperação – podem, em determinados contextos, dar origem à agressão, à fraude e à transgressão recorrente das normas sociais.

O que leva seres humanos comuns a mentir, manipular, agredir ou matar?

**Uma leitura clara e rigorosa,
para leitores com ou sem formação especializada,
sobre um dos fenómenos mais persistentes
e inquietantes da vida social.**

